



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

**O SENTIDO DO TRABALHO PARA MICROEMPREENDEDORES
DE OURO PRETO**

MARIA MARGARETE DE SOUZA CUSTÓDIO

Mariana

2018

MARIA MARGARETE DE SOUZA CUSTÓDIO

**O SENTIDO DO TRABALHO PARA MICROEMPREENDEDORES DE OURO
PRETO**

Artigo apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como pré-requisito necessário para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Me. David Silva Franco

Mariana

2018

C987s Custódio, Maria Margarete de Souza.
O sentido do trabalho para microempreendedores de Ouro Preto

[manuscrito] / Maria Margarete de Souza Custódio. - 2018.

28f.: il.: color; grafs; tabs.

Orientador: Prof. MSc. David Silva Franco.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais.

1. Empreendedorismo - Teses. 2. Pequenas e médias empresas - Teses. 3. Trabalho - Teses. I. Franco, David Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 005.212



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA
COLEGIADO CURSO ADMINISTRAÇÃO



FICHA DE APROVAÇÃO

MARIA MARGARETE DE SOUZA CUSTÓDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito à obtenção do Título de Bacharel.

Orientadora: Prof^o Me. David Silva Franco

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Me. David Silva Franco
Orientador e Presidente da Banca

Professora Ma. Ana Flávia Rezende
Membro Avaliador

Professora B.^{ela} Isadora Iannini Cota Dutra
Membro Avaliador

Mariana, 08 de fevereiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus familiares, pais, marido, filhos e irmãos pelo apoio e dedicação que tiveram durante toda a graduação.

Ao Prof. Me. David Silva Franco, pela dedicação e atenção dedicada na orientação desse valioso trabalho e pelo suporte em todas as etapas de construção deste trabalho. Obrigado pela atenção, carinho e disponibilidade oferecida aos seus discentes.

O meu muito obrigado a todos os amigos conquistados a partir do curso pelos momentos vividos nessa caminhada.

Agradeço aos microempreendedores do município de Ouro Preto, pelas experiências trocadas nas entrevistas e pelo conhecimento adquirido e compartilhado. Foi muito gratificante esse momento.

E a Deus por permitir que todos os sonhos se tornassem realidade.

RESUMO

Este estudo visa analisar o sentido do trabalho na vida dos microempreendedores individuais do município de Ouro Preto, levando em conta os motivos explícitos ou latentes que os levaram a tal opção, considerando também as possíveis restrições oferecidas pelo ambiente social. No referencial teórico foi feita uma revisão de autores acadêmicos divididas em três partes: Empreendedorismo, Microempreendedor Individual e Sentido do Trabalho. Foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo cuja a amostra foi constituída por 11 microempreendedores que atuam no distrito de Cachoeira do Campo. Sendo que os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada que permitiu avaliar fatores como: tipo de empreendedor, significado e importância do trabalho, os motivos da adesão ao MEI, as principais satisfações e dificuldades enfrentadas no trabalho. A partir da análise das entrevistas pôde-se constatar que o trabalho tem um papel essencial na vida do ser humano, sendo ele o responsável pela realização pessoal, pelo sentimento de bem-estar, de dever cumprido, de garantir renda para suprir a subsistência do empreendedor e de seus familiares. A pesquisa ressaltou ainda a necessidade de políticas públicas que busquem melhorar o potencial produtivo do trabalho dos microempreendedores pesquisados, haja vista as dificuldades que enfrentam para a continuidade de suas atividades, não eximindo do Estado o papel de assegurar condições dignas de ocupação para essa parcela da sociedade.

Palavras-chave: Microempreendedor individual, Sentido do trabalho, Empreendedorismo.

ABSTRACT

This study aims to analyze the meaning of work in the life of individual microentrepreneurs in the city of Ouro Preto, taking into account the explicit or latent reasons that led to this option, considering also the possible restrictions offered by the social environment. In the theoretical reference was made a review of academic authors divided into three parts: Entrepreneurship, Individual Micropreneur and Direction of Work. A qualitative research was carried out whose sample was constituted by 11 microentrepreneurs who work in the district of Cachoeira do Campo. The data were collected through a semistructured interview that allowed the evaluation of factors such as: type of entrepreneur, meaning and importance of work, reasons for adherence to MEI, main satisfactions and difficulties faced at work. Based on the analysis of the interviews, it was possible to observe that work plays an essential role in the life of the human being, being responsible for the personal fulfillment, the feeling of well-being, the duty fulfilled, to guarantee income to supply the subsistence of the entrepreneur and his family. The research also highlighted the need for public policies that seek to improve the productive potential of the work of the microentrepreneurs surveyed, given the difficulties they face in order to continue their activities, not exempting from the State the role of ensuring decent working conditions for this society.

Keywords: Individual micro-entrepreneur; Meaning of the work; Entrepreneurship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
2.1 Empreendedorismo.....	8
2.2 O Microempreendedor Individual – MEI.....	11
2.3 O Sentido do Trabalho.....	13
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	16
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	23
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	28

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tem sido no Brasil uma das principais saídas para muitas pessoas que perdem seu vínculo empregatício e/ou têm dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal. Nesse sentido, quando as pessoas estão desempregadas e não encontram novas opções formais de manter sua subsistência e de seus familiares, optam pelo empreendedorismo por necessidade, aplicando suas habilidades pessoais para abrirem seu próprio negócio. A falta do trabalho tende a causar sérias feridas na identidade das pessoas, podendo resultar na desintegração de sua personalidade e trazer danos psicofisiológicos aos que se encontram nessa situação. Neste contexto, o Estado não se mostra capaz de resolver a questão da insegurança que vem junto ao desemprego e a atuação do trabalhador na informalidade (GEM, 2017).

De acordo com dados coletados pelo GEM (2017), a ação empreendedora pode ser por necessidade (quando outras oportunidades de obter renda para sua subsistência se tornam escassas) e por oportunidade (quando os indivíduos conseguem identificar uma oportunidade de desenvolver um negócio e se desafiam a empreender, mesmo tendo outras opções de trabalho e renda). Na pesquisa do GEM (2017), foi verificado que no Brasil, para cada 100 empreendedores, 57 eram por oportunidade – superando os mesmos índices de 2015.

Como forma de reduzir a burocracia para a formalização dos pequenos negócios e assegurar um mínimo de segurança a essa população, o Governo Federal, por intermédio de políticas públicas para atendimento dos pequenos empreendedores, sancionou no ano de 2008 a Lei Complementar n.º 128, de 19 de dezembro de 2008, criando a figura do microempreendedor individual (BRASIL, 2008). A lei do MEI, como era chamada, entrou em vigor em 2009, trazendo novas oportunidades de formalização para os profissionais que se mantinham na informalidade. Os empresários e proprietários das micro e pequenas empresas que sofreram uma queda no faturamento e possuem os requisitos de um MEI, podem migrar para um nível de rendimento inferior e se tornar uma Microempreendedor Individual. (BRASIL, 2008).

Com a Lei do MEI, o empreendedor autônomo pôde se formalizar e ter direito a: contratar um funcionário com salário mínimo ou com o piso da categoria; criar um CNPJ; dispor de auxílio doença, salário maternidade e aposentadoria; ser isento de em alguns tributos e de taxas de registro da empresa; solicitar empréstimos bancários; emitir nota fiscal; e participar de processos licitatórios (BRASIL, 2008). Além destes benefícios, o empreendedor pode usufruir de benefícios da Previdência Social como: auxílio doença,

salário maternidade. Considerando os direitos e garantias oferecidas aos empreendedores que pretendem se legalizar como MEI, as percepções quanto ao sentido do trabalho para essas pessoas podem ser alteradas, visto que o trabalho poderá lhe satisfazer necessidades de segurança e autoestima de modo mais efetivo.

Neste contexto, a apreensão de como os microempreendedores percebem o sentido do próprio trabalho pode oferecer indicativos sobre os impactos da legislação do MEI, bem como verificar as potencialidades que ainda não foram plenamente alcançadas. Analisando as pesquisas acadêmicas sobre os microempreendedores brasileiros, percebe-se ainda uma lacuna de investigações que se voltem para a compreensão da sua subjetividade e das suas experiências de vida enquanto MEI. Assim, o objetivo deste estudo seria analisar o sentido do trabalho na vida dos microempreendedores individuais do município de Ouro Preto, levando em conta os motivos explícitos ou latentes que os levaram a tal opção, considerando também as possíveis restrições oferecidas pelo ambiente social.

Este artigo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda, o referencial teórico apresenta-se o embasamento sobre o empreendedorismo (incluindo as especificidades da legislação do Microempreendedor Individual – MEI) e o Sentido do Trabalho. As partes subsequentes são compostas pela metodologia da pesquisa e pela apresentação e discussão dos resultados obtidos. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Empreendedorismo

O termo empreendedor – *entre-preuner* – é um termo que teve origem na França no século XII e seu significado remete a fazer alguma coisa ou empreender (OLIVEIRA, 2012), enquanto o termo empreendedorismo ou *entrepreneurship* teve sua origem na língua inglesa no século XV (SILVA; PENA, 2017). Conforme se verifica em Ferreira e Freitas (2013), o estudo sobre o empreendedorismo pode ser influenciado por inúmeras disciplinas, entretanto, existem duas correntes que se destacam quando o assunto é o pensamento empreendedor: a corrente dos economistas e a dos comportamentalistas. Na corrente dos economistas, visa-se estudar quais são as consequências e os efeitos do empreendedorismo sob um olhar econômico, enquanto a corrente comportamentalista tem seu foco direcionado na pessoa do empreendedor, analisando sua conduta e suas aspirações.

Vale (2014) conclui, a partir das contribuições econômicas, que a figura do empreendedor pode ser comparada à figura de um executivo, quando este tem que tomar decisões em um ambiente de incertezas, tendo que manter-se sempre alerta a fim de identificar o surgimento de novas oportunidades, que podem vir a ser lançadas no mercado como uma potencial inovação.

Para Kirzner (1979), o estado de alerta é considerada uma das características principais dos empreendedores, devido a necessidade de serem os primeiros a identificarem novas oportunidades lucrativas. Sendo que estes comumente são os responsáveis pela compra de matéria prima e pela venda de produtos processados em um momento oportuno, tentando manter o equilíbrio do mercado.

Os estudos sobre o empreendedorismo se confrontam tendo de uma lado as teorias do empreendedorismo e de outro as teorias da inovação, sendo que na primeira manteve-se sempre dentro de um contexto econômico, e a segunda obteve seus desdobramentos a partir dos trabalhos de Schumpeter (1971, 1991, 2005), que coloca o empreendedor como o centro do processo das transformações da economia opondo-se e considerando inadequadas as ideias de alguns economistas. Para o autor é essencial estudar o empreendedor, por considera-lo a pessoa mais forte do sistema capitalista, e por este ter sua importância quanto ao crescimento econômico, sendo o responsável por inovar fazendo coisas novas ou mudando a forma como as coisas eram feitas. Com essa visão da pessoa do empreendedor pode-se considerar que os empregados e os prestadores de serviços autônomos também podem ser intitulados como empreendedores, desde que atuem explorando seu potencial inovador e buscando sempre a superação da sua produção a fim de conseguir a excelência no desempenho de seu trabalho (SCHUMPETER, 1971, 1991).

Pode-se dizer que mesmo com a existência de inúmeros estudos sobre o empreendedorismo e sobre o indivíduo que empreende, os autores ainda não chegaram em uma definição real para estes termos, podemos então considerar que são “décadas de estudos inconclusivos e teoricamente pouco embasados” (TASIC, ANDREASSI, 2007, p. 2).

Entretanto o empreendedorismo pode ser visto como a abertura de um estabelecimento próprio, onde a pessoa responsável pela administração desse empreendimento é considerada por alguns indivíduos como o sujeito empreendedor, embora nem sempre aquele que abre o seu próprio negócio possa ser considerado empreendedor. Essa dificuldade em definir um conceito exato para o empreendedorismo e a necessidade de criação de um negócio potencialmente inovador fica clara na visão de Peter Drucker:

Empreendedorismo é: prática; visão de mercado; evolução, e diz ainda que o trabalho específico do empreendedorismo numa empresa de negócios é fazer os negócios de hoje serem capazes de fazer o futuro, transformando-se em um negócio diferente. Empreendedorismo não é nem ciência, nem arte. É uma prática (DRUCKER, 1974 *apud* OLIVEIRA, 2012, p.2).

Segundo Fillion (1999), fica clara a dificuldade em definir o termo empreendedorismo.

Enquanto para os economistas o empreendedor era aquele indivíduo que não se importava com os riscos e aplicava seu dinheiro na compra de materiais, com o intuito de posteriormente transformá-los em novos produtos a serem comercializados para a geração de lucros, para os comportamentalistas os empreendedores são as pessoas consideradas com alto potencial criativo, elevado grau de autonomia e com forte atuação os negócios.

Fillion (1999, p. 18) afirma que “definir o empreendedor é um desafio perpétuo, dada a ampla variedade de pontos de vista usada para estudar o fenômeno”, enquanto Boava e Macedo (2017) afirmam que, nas pesquisas feitas sobre empreendedorismo, o foco principal era entender qual era o fenômeno empreendedor constituído “a partir da suposição da existência de um arcabouço teórico imaginário” (BOAVA, MACEDO, 2017, P. 106) que não existe, pois na realidade o tema empreendedorismo vem sendo estudado em diversas disciplinas, que o transforma em um objeto de estudo das mesmas, gerando saberes relacionados a cada disciplina em que é estudado.

Analisando a evolução do empreendedorismo Boava e Macedo (2017, p. 106) concluem que “a sociedade não cria o empreendedorismo, apenas possibilita o seu surgimento” ressaltando que com o passar do tempo os clássicos do empreendedorismo concluíram que o mesmo deixou de ser um fator econômico e se tornou um tema político e cultural, ou seja, entende-se que a mesma é responsável por favorecer, por facilitar o crescimento e o desenvolvimento do empreendedorismo, dando total liberdade para que o empreendedor explore suas habilidades e coloque-as em prática.

Dornelas (2008), confirma esse fator de liberdade empreendedora afirmando que entende que os empreendedores estão conquistando seu espaço ao eliminar barreiras sejam elas comerciais ou culturais e diminuindo as distâncias “globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade” (DORNELAS, 2008, P. 6).

Vale (2014) destaca que atualmente os empreendedores precisam se adequar a um ambiente diferente composto por rápidas transformações, por um alto fator competitivo sendo este constituído por indivíduos multifacetados com potenciais capacidades de inovação e de iniciativa, seres propensos a assumirem riscos a fim de melhorar e concretizar o seu negócio. Essa ação empreendedora e as teorias que envolvem o empreendedorismo estão sendo mais

valorizadas atualmente por parte dos órgãos governamentais, visto que são peças importantes para o crescimento da economia, a partir do momento que corroboram com o aumento da oferta de emprego e renda (BARROS, PASSOS, 2000; BARROS, PEREIRA, 2008)

Telles et al. (2016) relatam haver pesquisas que evidenciam uma relação entre o empreendedorismo e o desenvolvimento regional, na qual o governo e universidades passam a destinar verbas e realizar estudos com o intuito de apoiar os indivíduos que desejavam empreender. A iniciativa de desenvolver políticas públicas no Brasil para o atendimento das microempresas e para o empreendedorismo não é algo tão recente, contudo, têm tido mudanças significativas nos últimos anos. Essas políticas podem se dividir em: políticas regulatórias, que, por exemplo, determinam as normas de entrada e saída dos negócios) e políticas de estímulo (como os cursos qualificantes do SEBRAE (CAMPANHA, 2017).

Ao analisar o cenário da informalidade na economia do país, percebe-se em Lopes et al. (2014) que a informalidade se acentuou após algumas alterações no processo produtivo, como a abertura da economia e algumas privatizações, o que impactou de forma mais evidente nas pequenas empresas brasileiras, culminando numa redução da produtividade e, por consequência, uma redução no avanço da economia em setores menos competitivos. Para tentar amenizar o problema, o governo federal, a partir das políticas públicas e incentivos, começou a analisar formas de diminuir a economia informal, sendo que uma das alternativas encontradas foi a criação do Microempreendedor Individual-MEI.

2.2 O Microempreendedor Individual – MEI

Ao relacionarmos a situação do país com a crise econômica atual, nota-se o contínuo crescimento do empreendedorismo, o qual pode estar relacionado com a necessidade por renda, visto ser uma das opções dos indivíduos que por algum motivo perderam seus empregos formais e apresentam dificuldade de encontrarem outras opções de emprego. Nesse sentido, a abertura de um negócio, para além questão de pôr em prática uma ideia criativa, frequentemente representa a alternativa viável para se obter o capital necessário para sustentar a si e a seus familiares (GEM, 2016).

As políticas regulatórias vêm se fortalecendo desde a década de 60, sendo que no ano 1996 foi criada a Lei do SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições, com a diminuição na quantidade de impostos e legalização das micro e pequenas empresas (CAMPANHA, 2017). Os impactos dessa lei são responsáveis pela alteração do conceito de empresário no código civil, que passou a ser conhecido como o

indivíduo que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (BRASIL, 2002).

Em Campanha (2017), verificar-se que, em 2006, novas alterações mudaram o cenário. A extinção da Lei do Simples, dando lugar à lei conhecida por Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, criou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O chamado Simples Nacional, cuja intenção era facilitar o recolhimento de impostos e diferenciar as pequenas empresas e microempresas de acordo com suas respectivas receitas, pode ser reconhecida como a primeira ação do governo para coibir a informalidade no país. Novas alterações surgiram com a Lei 128/2008, que modificou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, com a criação da figura do Microempreendedor Individual – MEI (BRASIL, 2008).

Em 2008, o Senado Brasileiro aprovou a Lei Complementar de nº 128, que entrou em vigor em primeiro de Julho de 2009, criando a figura do Microempreendedor Individual (MEI), com o propósito de tentar reduzir o número de profissionais informais do país (JULIÃO; LEONE; VEIGA NETO, 2014), além receber a isenção das tributações federais e reduzir a burocracia do sistema na formalização dos novos empresários (BEHLING et. al. 2015), corroborando para um melhor ambiente para negociações, elevando a arrecadação e girando a economia, com a transformação do trabalhador informal em um microempreendedor formalizado (LOPES; SIQUEIRA; VIEIRA; FREITAS, 2014).

Para se tornar um MEI, basta que o indivíduo faça um simples e rápido cadastro em um sistema *online* no Portal do Empreendedor, sendo que a legislação entende como MEI o indivíduo autônomo, ou seja, aquele que possui seu próprio negócio formalizado. Para isso, deve atender a alguns critérios, como não exceder ao faturamento de até 60 mil anual (média de 5 mil por mês) e não participar como sócio ou proprietário de outra empresa, podendo contratar apenas um funcionário (que ganhe um salário mínimo ou o piso da categoria) (COLBARI, 2015).

O Microempreendedor Individual tem garantido como direitos: a carga reduzida de impostos (taxa mensal equivalente a 5% do salário mínimo), como forma de contribuição previdenciária; um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ, possibilitando a emissão de nota fiscal; uma conta bancária com direitos a empréstimos; além de possuir direitos previdenciários e de seguridade social, como aposentadoria por tempo de contribuição, auxílio doença e licença maternidade (EMPREENDEDOR, 2017).

A evolução do MEI com o passar dos anos se deve ao pagamento unificado de apenas três impostos na guia do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), a possibilidade de emitir nota fiscal, ter linhas de créditos especiais nos bancos com baixas taxas de juros, entre outros benefícios (COSTANZI; BARBOSA; RIBEIRO, 2011), que culminou no aumento exponencial no ano de 2010, com um crescimento em torno de 1000% nas formalizações – chegando a 790 mil microempreendedores contra os 44 mil do ano anterior.

Desde a criação do MEI em 2009, até o momento, cerca de 7.617.951 de indivíduos se tornaram novos empreendedores formalizados no Brasil, sendo que boa parte deles atuavam como profissionais autônomos na informalidade (EMPREENDEDOR, 2017). Esse número deixa de ser expressivo quando comparado com dados de dezembro de 2016, que evidenciam a existência de 22 milhões de trabalhadores atuando por conta própria, contrastando os 6,6 milhões do MEI no mesmo período (SEBRAE, 2017). No Brasil, atualmente, 52,4 % dos MEIs são do sexo masculino e 42,7% do sexo feminino, e existe uma grande variação quanto aos setores e atividades, mostrando que as mulheres lideram as indústrias, o comércio e os serviços, enquanto os homens ocupam quase 100% dos setor de construção civil e em torno de 80 % na agropecuária (SEBRAE, 2017).

2.3 O Sentido do Trabalho

Fazendo uma breve análise do termo trabalho, Bastos, Pinho e Costa (1995) analisam que o significado social de trabalho está usualmente atrelado a duas vertentes com sentidos opostos. Na primeira, o trabalho é relacionado “à noção de sacrifício, de esforço incomum, de carga, fardo, algo esgotante para quem o realiza. Trabalho como sinônimo de luda, lida, lide” (BASTOS; PINHO; COSTA, 1995, p. 22). Nessa vertente o trabalho admite um sentido negativo comparável com a sua origem latina, ou seja, à origem do termo no latim, *tripalium*, cujo significado remete a um instrumento de tortura utilizado na antiguidade.

Na segunda vertente, o trabalho é visto como o modo utilizado pelos indivíduos para aplicar seus conhecimentos, suas habilidades, favorecendo o domínio da natureza, desempenhando suas ações com empenho e se esforçando para alcançar seus objetivos. Neste sentido, “trabalhar algo, significa também fazer com cuidado, esmerar-se na execução de uma ação, de uma tarefa” (BASTOS; PINHO; COSTA, 1995, p. 22).

O trabalho pode ser considerado como um produto da espécie humana, sendo este guiado pela inteligência que culmina na realização de uma transformação nos seres humanos,

alterando seu caráter e sendo o principal responsável pelo seu sustento, proporcionando meios de garantir sua sobrevivência através do recebimentos de proventos que tornam esses seres capazes de garantir a sua subsistência e a de seus familiares. Além desses benefícios, o trabalho favorece o bem-estar psicológico desses sujeitos promovendo um bem-estar psicoemocional, uma posição de status perante a sociedade além de sua realização pessoal (RIZZO, CHAMON, 2010).

Estudos sobre como a racionalidade humana está presente no conceito de sentido do trabalho feitos por Andrade et. al. (2012), afirmam que o indivíduo apresenta duas formas distintas de definir seu trabalho dentro do ambiente organizacional: sendo a primeira a instrumental cuja finalidade é a realização financeira e o poder e segunda chamada de substantiva tem como premissa promover a auto realização, promover a autonomia e um bem-estar para esse indivíduo.

Segundo Nascimento *et al.* (2016, p. 122), o significado de sentido varia a partir do contexto em que é utilizado. Na abordagem construtivista, o sentido é considerado como “uma construção social resultante da relação do indivíduo, de forma coletiva e interativa com situações e fenômenos que os cercam”. E para Vygotsky (1991), o sentido é conceituado como um conjunto de processos psicológicos produzidos pelo consciente humano e exposto através de palavras.

O estudo sobre o sentido do trabalho vem se tornando mais expressivo com o passar do tempo no ambiente acadêmico. Em geral, buscam compreender como os indivíduos percebem o próprio trabalho e como tais percepções se relacionam com o ambiente social em que eles se encontram inseridos. Essa temática é explorada por divergentes pensamentos teóricos, que se classificam entre as perspectivas críticas e instrumental. Enquanto a primeira evidencia os aspectos alienantes e de sofrimento do trabalho num ambiente de opressões, a segunda perspectiva tem o foco voltado para o ambiente organizacional e para as possíveis práticas de gestão que tornam o ambiente de trabalho mais harmônico (SILVA; SIMÕES, 2015).

Complementando o conceito de sentido do trabalho, temos a pesquisa de Antunes (2000), que afirma que para uma pessoa consiga dar sentido em sua vida pessoal, é necessário inicialmente que a mesma efetue um trabalho que tenha sentido. Sendo que para Dejours (2007, p. 21), o trabalho “é e continuará central em face da construção da identidade e da saúde, da realização pessoal, da formação das relações entre homens e mulheres, da evolução da convivência e da cultura”.

Para esclarecer a importância do equilíbrio psíquico na vida do indivíduo que trabalha, Enriquez (2001, p. 58) afirma:

O homem sem trabalho ou não reconhecido em seu trabalho, ou ainda não encontrando nenhum interesse em seu trabalho, está próximo da depressão e comumente chega a este ponto de ruptura. Pois o trabalho, em nossa sociedade, é o modo privilegiado de fazer uma obra (por menor que ela seja), de existir, de ter (ou de pensar ter) uma identidade. O trabalho é, atualmente, o melhor método para vencer a loucura.

Em Mendes e Santos (2013, p. 707), uma temática sobre o trabalho conclui que existe uma “nova forma de execução do trabalho” tendo como base os avanços do sistema capitalista que demonstra a existência de fortes vínculos com os conhecimentos, as competências e as atitudes de cada indivíduo. Para Loiola et. al. (2004) essas temáticas culminavam em tendências que por um lado visavam extinguir o trabalho e por outro até mesmo acabar com o sentido atribuído ao trabalho.

O insucesso dessas tendências culminou na continuidade do trabalho sendo este centralizado e executado através das ações dos homens, sendo Borges e Yamamoto (2004), os responsáveis por instituir uma concepção alternativa em substituição a essas tendências:

A concepção alternativa busca a construção de um trabalho no qual os indivíduos possam se expressar e construir suas potencialidades e identidades, que seja desafiante, interessante no conteúdo, plural e variado, estável, de relações de poder baseadas na equidade, estruturado nas organizações de forma mais horizontalizada e que preserve os espaços de participação. (Borges & Yamamoto, 2004, p. 57)

Na frase “primeiro o trabalho, depois o prazer” de Borges e Yamamoto (2004, p. 24), nota-se que o termo trabalho foi posicionado destacando sua importância, sua superioridade e criando uma oposição ao termo prazer como se este não existe dentro do sistema de trabalho. Embora existam reclamações dos seres humanos quanto ao seu trabalho e as suas condições de trabalho, muitos se orgulham do trabalho que desempenham e alguns sonham com a possibilidade de nunca mais ter que trabalhar, mas todos continuam exercendo seu trabalho como forma de garantir sua própria subsistência, sendo que alguns buscam nesse trabalho não apenas o seu sustento mas sim o prazer, o sentimento de realização pessoal, e a sensação de dever cumprido (BORGES, YAMAMATO, 2004). Tais argumentos reforçam a forte centralidade do trabalho para a organização social e constituição da subjetividade do ser humano.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para chegar ao objetivo dessa pesquisa, a metodologia empregada teve como base um estudo qualitativo e descritivo. A pesquisa descritiva é definida por Vergara (2009, p. 42) como: “a exposição de características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode ampliar-se para o estabelecimento de correlações entre fatores ou variáveis ou, ainda, para definição da natureza de tais correlações”. A abordagem qualitativa é diferente da quantitativa por não seguir um roteiro rígido de captação de dados, sendo que as informações coletadas e sua análise são interpretadas pelo pesquisador e, caso não sejam suficientes, podem ser incrementadas com uma nova busca de dados ou com uma alteração no roteiro da pesquisa de campo (TRIVINOS, 1987).

A pesquisa de campo foi realizada com os microempreendedores individuais do município de Ouro Preto. A coleta de dados foi feita a partir de entrevistas de roteiro semiestruturado. A entrevista semiestruturada é definida por Trivinos (1987, p. 131), como:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo da pesquisa.

As respectivas entrevistas ocorreram no período compreendido entre a última semana de Dezembro e início de Janeiro de 2018, sendo que foram entrevistados individualmente, onze microempreendedores, os quais foram selecionados pelo método de bola de neve, ou seja, um entrevistado indicava outra pessoa que se adequasse ao escopo da pesquisa para ser abordada. Tal método foi necessário. As entrevistas tiveram uma duração média de 35 minutos, sendo que foi dada aos entrevistados total liberdade para expressarem suas respostas, aprofundando nos detalhes de cada resposta. O perfil com as principais informações dos entrevistados pode ser verificado no quadro 1.

Quadro 1 - Perfil dos Entrevistados

Sujeito	Idade	Sexo	Tempo como MEI	Ramo de Negócio
E1	60	M	1 ano	Comerciante e aposentado
E2	59	M	5 anos	Comerciante
E3	54	F	3 anos	Comerciante
E4	67	F	5 anos	Comerciante
E5	65	M	2 anos	Comerciante
E6	47	F	10 meses	Comerciante
E7	54	M	6 anos	Comerciante
E8	42	F	8 anos	Comerciante

E9	34	F	8 anos	Comerciante e professora
E10	33	F	1.6 anos	Comerciante
E11	49	F	9 anos	Comerciante

Nota: F= Feminino; M= Masculino

Fonte: Dados da Pesquisa

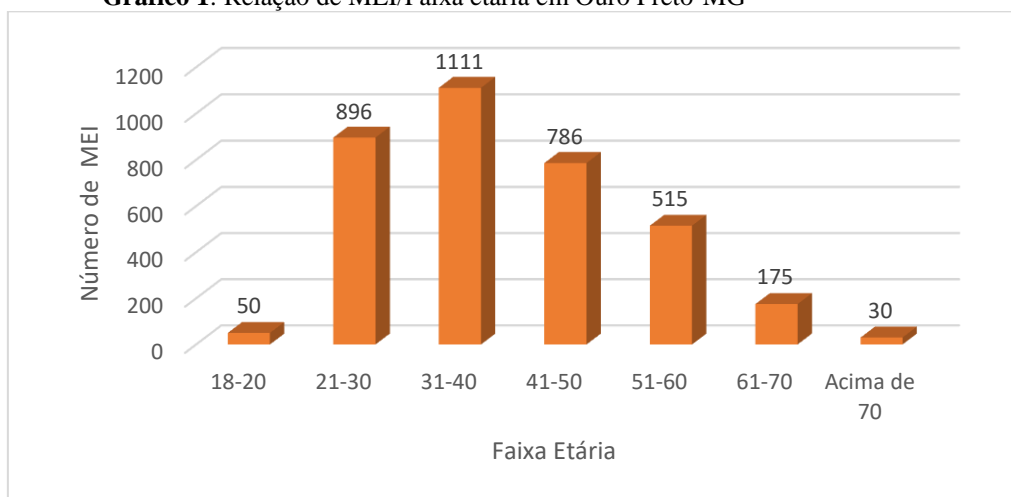
As entrevistas foram gravadas e transcritas e, posteriormente, analisada a partir da técnica de análise de conteúdo na abordagem qualitativa. Essa técnica visa uma melhor compreensão dos dados colhidos, de forma que as informações sejam agrupadas em categorias, favorecendo uma melhor compreensão das percepções apuradas e construção de inferências (BARDIN, 1977).

Na próxima seção, são apresentados os dados da análise e a discussão dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Município de Ouro Preto, reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade, tem a economia voltada para exploração mineral e para o setor de turismo (GRAMMONT, 2006). Tem uma população estimada para o ano de 2017 em torno de 74.659 habitantes (IBGE, 2015) e destes cerca de 3539 são microempreendedores individuais formalizados cujas atuações se configuram em torno de: 48,16% com estabelecimento fixo, 26,86% como ambulantes com vendas porta a porta, 10,02% com internet, 7,45% atual em local fixo fora da loja, 3,91% atuam com televendas, 2,75% com Correios e 0,85% com máquinas automáticas (BRASIL, 2017), e cuja faixa etária predominante está entre 21 e 50 anos, conforme se verifica no gráfico 1.

Gráfico 1: Relação de MEI/Faixa etária em Ouro Preto-MG



Fonte: Dados adaptados do Portal do Empreendedor-MEI (2017)

Esta pesquisa foi realizada com empreendedores que atuam formalmente como microempreendedores-MEI no distrito de Cachoeira do Campo/Ouro Preto, sendo em sua maioria ocupantes de lojas (previamente licitadas pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto), que juntas compreendem um espaço físico denominado Praça do Artesão de Cachoeira do Campo. Este espaço está localizado às margens da Rodovia que corta o distrito e que também faz parte do trajeto seguido pela maioria dos turistas que chegam a Ouro Preto. Embora o município receba diariamente um grande fluxo de turistas que movimentam a economia local, ainda não existe por parte dos governantes algum fomento de divulgação e inserção da referida Praça nos roteiros turísticos do município.

Para realizar a análise das entrevistas, as informações obtidas foram postas em categorias, a fim de evidenciar as informações mais relevantes sobre o assunto. A síntese do conteúdo originado pelas entrevistas foi realizada após a análise da transcrição de todas as respostas dos microempreendedores, sendo evidenciada a quantidade de vezes que algumas respostas semelhantes foram apontadas. O Quadro 2, apresentado na sequência, expõe as principais informações originadas nas entrevistas e possibilita uma melhor compreensão dos dados por parte do leitor.

Quadro 2: Categoria e síntese do conteúdo das entrevistas

Categoria	Síntese do conteúdo	Entrevistados	Total
Tipo de empreendedor	Necessidade	E2, E4, E5, E9.	4
	Oportunidade	E1, E8, E10, E11.	4
	Necessidade e oportunidade	E3, E6, E7.	3
Significado do Trabalho	O trabalho é tudo	E1, E2, E3, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11.	10
	Fonte de Renda	E4.	1
Importância do Trabalho	Sobrevivência e sustento familiar	E1, E2, E7, E10, E11	5
	Formação de vínculos sociais	E1, E3, E6	3
	Ter algo para fazer e evitar doenças	E4, E8	2
	Tudo	E5	1
	Reciclar e ajudar a natureza.	E9	1
Motivos para se tornar MEI	As facilidades e benefícios do MEI	E3, E7, E8, E9, E11	5
	Maior autonomia	E4, E8, E9, E10, E11	5
	Dificuldade de encontrar outra ocupação rentável	E2, E5, E6	3
	Ter um passatempo.	E1	1
Satisfações no Trabalho	Satisfação do cliente	E1, E3, E4, E9, E10	5
	Autonomia	E5, E6, E8, E11	4
	Reconhecimento social	E2, E7, E9	3
Principais	Baixo retorno financeiro, pouco fluxo de pessoas	E4, E7, E8, E11,	4

dificuldades	Falta de infraestrutura e de apoio dos governantes	E4, E6, E8, E9	4
	Ausência de problemas	E5, E1	2
	Concorrência	E2, E10	2
	Inadimplência	E3	1

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Quanto a categoria que busca compreender se o microempreendedor optou pelo MEI por uma questão relacionada a uma necessidade ou a uma oportunidade, parte dos entrevistados (E2, E4, E5, E9) declarou que sua adesão foi por necessidade, enquanto outros quatro (E1, E8, E10, E11) afirmaram que aderiram por oportunidade. Eis que aconteceu algo interessante nessas entrevistas, pois três dos entrevistados afirmaram que aderiram tendo como base as duas opções citadas acima, ou seja, eles se tornaram MEIs por necessidade e por oportunidade, concomitantemente. O sujeito E7, por exemplo, destacou que a partir da oportunidade de poder participar do processo licitatório para conseguir uma das lojas da Praça do Artesão e montar o próprio negócio, houve a necessidade de se tornar um Microempreendedor formalizado. Dentre os demais relatos, foram também destacados:

“Por necessidade de ter uma renda e por oportunidade para garantir os direitos como INSS, nota fiscal (...)” (E3).

“O trabalho é necessário, não tenho dúvida, mas eu me arrisquei por essa opção familiar e se tornou uma oportunidade, eu aproveitei uma habilidade minha para ter uma vida mais tranquila, que de certa forma você tem mais flexibilidade, a questão de horários, se houver alguma intercorrência em casa com meus filhos eu fecho a loja. Isso trouxe mais tranquilidade mais é também uma necessidade pois eu tenho que estar trabalhando, pois eu ainda não consigo fazer essa opção de não trabalhar.” (E6)

Dez, entre os onze entrevistados, consideram que o trabalho significa tudo em suas vidas. Os sujeitos E1 e E7 acrescentaram ainda que veem no trabalho uma forma de trazer dignidade ao ser humano. A entrevistada (E3) declarou que, além do seu trabalho ser muito importante em sua vida, ela não se imagina atualmente sem esta ocupação, ressaltando que sua satisfação não é em virtude dos ganhos financeiros, mas pelo prazer de poder auxiliar o próximo e receber como resposta um sorriso ou um agradecimento de seus clientes.

“Eu valorizo demais o meu trabalho, pois tudo é restauração de lixo, móveis velhos, pinturas. A minha renda é disso” (E9).

“O trabalho é tudo, eu sou o trabalho, eu sou mãezona protetora mas sou trabalho eu fico ligada 24 horas pensando no que eu implementar, mudar, inovar, eu sempre fui assim. Trabalho pra mim é a minha realização” (E6).

“O Trabalho pra mim é tudo, sem o trabalho ninguém vive né, eu preciso do trabalho pra sobreviver, a minha vida toda eu trabalhei” (E5).

Assim, pode-se perceber uma relação entre o que alguns entrevistados discorrem sobre o significado do trabalho com as duas formas distintas com que Andrade et. al. (2012) definem o trabalho, sendo uma baseada nos fins instrumentais (realização financeira), enquanto a outra nos fins sociais e psicológicos (sobressaindo a sensação de bem-estar, de realização e de promoção da autonomia do indivíduo).

Quanto à terceira categoria, que trata da importância do trabalho na vida do microempreendedor, os entrevistados apresentaram respostas diversificadas. Dentre elas, a maior parte (E1, E2, E7, E10, E11) apontou que o trabalho é essencial para a sobrevivência e para custear o sustento de suas famílias. Os demais entrevistados afirmam que a renda auferida como MEI não é suficiente para se manterem e a consideram apenas como suficiente para manter o estoque da empresa e auxiliar em pequenas despesas domésticas. Algumas respostas precisam ser ressaltadas, pois demonstram que o trabalho tem sua importância ao proporcionar ao microempreendedor benefícios como: satisfação, poder divulgar o trabalho, evitar doenças como a depressão, ter uma ocupação, poder se relacionar com outras pessoas (clientes, fornecedores), reciclar, ajudar o próximo, para além do fim óbvio de se auferir uma renda. Alguns depoimentos que ilustram tais benefícios estão expostos a seguir.

“Não cair em depressão. Eu gosto de vim pra cá, eu não fico presa na rotina de casa, só das pessoas virem aqui e elogiarem meu trabalho eu me sinto muito satisfeita” (E8).

“Principalmente é o contato com o cliente, organizar, decorar, caprichar, eu gosto dessas coisas dos detalhes, pensar numa embalagem bacana que vai agradar os clientes (...)” (E6).

“O sustento meu e de minha família, hoje eu tenho condições de dar para minhas filhas o que elas quiserem” (E10).

De acordo com alguns entrevistados (E3, E7, E8, E9, E11), pode-se compreender que os motivos que os levaram a serem microempreendedores optantes pelo MEI foram as facilidades que a adesão proporciona, como os benefícios de aposentadoria, redução de impostos, CNPJ, nota fiscal, incentivos do governo, direito a empréstimos e descontos na compra de veículos e equipamentos. Ficou evidente ainda pelos relatos de outros entrevistados (E4, E8, E9, E10, E11) que o fato de não terem chefe e serem donos do seu próprio negócio é um ponto bastante valorizado por eles, reforçando a importância da autonomia para a sua satisfação pessoal.

“Porque no emprego de carteira assinada, eu vou ser funcionária de alguém, como eu fiz a minha vida inteira. E agora eu tenho o meu jeito de ganhar dinheiro sem precisar de ter patrão” (E4).

“Por que com carteira assinada a gente trabalha a vida toda e nunca passa daquilo, com um salário mínimo a vida toda. Com o MEI eu só não tenho o FGTS, se eu adoecer tenho afastamento, aposentadoria e outros benefícios” (E11).

“Por causa dos benefícios que ele traz, aposentadoria, auxílio saúde. E posso ter um horário livre pra cuidar da minha família” (E8).

“Eu até procurei um emprego, mas eu quis ficar aqui na cidade, eu poderia até conciliar com um trabalho de farmacêutica, mas nas poucas vagas que existentes aqui o salário não chega nem ao mínimo de um piso salarial definido pela classe” (E6).

Chama a atenção no depoimento do sujeito E11, transcrito acima, a questão de falta de perspectiva quanto a melhorias salariais enquanto possível empregado CLT. Nesse sentido, havendo baixa qualificação formal, infere-se que, na condição de MEI, o trabalhador pode ao menos manter esperanças de melhoria de renda, ao passo que, enquanto empregado formal, as possibilidades de progressão na carreira (que poderia garantir tal ascensão) encontram-se mais limitadas.

O relato do sujeito E6 chama a atenção para a falta de empregos e oportunidades da região, pois mesmo se tratando de um profissional com nível superior em farmácia, com experiência em sua área de atuação, a mesma não conseguiu uma oportunidade de emprego que lhe ofertasse um rendimento de acordo com suas qualificações. Fazendo-a optar por um trabalho que proporciona maiores satisfações, uma flexibilidade de horários, permitindo uma maior atenção para com seus filhos e uma renda muito inferior ao do trabalho de farmacêutica.

Quanto a categoria que se volta para as satisfações do microempreendedor no seu ambiente de trabalho, alguns entrevistados (E1, E3, E4, E9, E10) disseram que se sentem realizados com o trabalho por receberem elogios por parte dos clientes e do público em geral, o que resulta numa sensação de dever cumprido. Esses achados sobre satisfação no trabalho encontram consonância com o dito por Herzberg (1968), que destaca em sua Teoria da Motivação que os fatores motivacionais ou motivadores são considerados fatores inerentes a cada indivíduo. Sendo que dentre os fatores temos o reconhecimento, a realização, a responsabilidade, ascensão e o trabalho em si, sendo estes responsáveis por motivar o indivíduo a se esforçar no desempenho de suas tarefas.

Quando questionados sobre os principais problemas enfrentados no seu trabalho, as respostas dos entrevistados foram: concorrência, inadimplência, dificuldade de manter o ponto de venda, a falta de apoio dos governantes, pouco rendimento, falta de estrutura para trabalhar, a queda do número de clientes e a falta de divulgação dos trabalhos ofertados pela Praça do Artesão. Dentre os entrevistados, quatro (E4, E7, E8, E11) relataram que estão tendo dificuldade financeira devido à queda no fluxo de clientes, que culminou na redução das vendas.

A falta de infraestrutura na Praça do Artesão e apoio dos políticos locais foram os problemas relatados por quatro entrevistados (E4, E6, E8, E9), sendo que (E6) relatou que adota outros meios de divulgação de seu trabalho, por meio de uma loja virtual nas redes sociais. Entretanto, isso não é o suficiente para garantir o marketing de seus produtos e percebe a necessidade de que a Praça do Artesão entre para o roteiro turístico do município de Ouro Preto, visto que sua localização está na rota de chegada da maioria dos turistas.

Feita a apresentação dos resultados, parte-se para as considerações finais do estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar o sentido do trabalho na vida dos microempreendedores individuais do município de Ouro Preto, levando em conta os motivos explícitos ou latentes que os levaram a tal opção, considerando também as possíveis restrições oferecidas pelo ambiente social

Os resultados encontrados com essa pesquisa reforçam a questão da centralidade do trabalho na vida do ser humano. No caso dos microempreendedores pesquisados, a quase unanimidade de que o trabalho significa “tudo” é um alto indício disso, destacando-se questões voltadas à autossustentência, reconhecimento social, inserção da sociedade, realização pessoal e o afastamento de doenças. Embora para muitos os frutos do trabalho possam estar diretamente relacionados ao fator financeiro, pôde-se apurar nessa pesquisa que ele está longe de ser a única finalidade para a ocupação. Isso pode ser melhor compreendido ao se levar em consideração que boa parte dos entrevistados não dependem exclusivamente dos frutos desse trabalho.

Esse estudo pode contribuir tanto para o meio acadêmico incluindo professores e orientadores do curso quanto para os profissionais, devido ao fato da pouca inserção de abordagens sobre o microempreendedor individual no curso de Administração. Isso reforça a necessidade desse assunto ser melhor explorado na academia. A partir do momento em que

estudos sobre o MEI passar a ser mais difundido na academia, de um modo geral esses profissionais tendem a serem mais valorizados se tornando mais perceptíveis no meio empresarial.

Esta pesquisa pode trazer contribuições como o fortalecimento dos artesãos instalados na Praça do Artesão de Cachoeira do Campo, bem como sua união e comprometimento em busca de políticas públicas junto aos governantes do município.

Apesar do estudo ter sido realizado em sua maioria com microempreendedores da Praça do Artesão, foram encontradas algumas limitações, como dificuldade de convencer a alguns empreendedores de exporem sua vida, e também uma dificuldade de horários, devido ao revezamento de trabalho de alguns empreendedores com seus familiares. Como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se que o sentido do trabalho seja fruto de pesquisas com indivíduos que apresentam deficiências limitantes que resultem em dificuldades visuais, motoras e auditivas. Além disso, podem ser feitas comparações entre MEIs de cidades do interior e aqueles que residam em grandes centros urbanos, buscando compreender similaridades e diferenças ambientais que impactam em sua relação com o trabalho.

Ressalta-se, portanto, que a presente pesquisa não esgota o potencial de aprofundamento nas temáticas que ela abrange, sendo necessários novos estudos científicos que favoreçam o estabelecimento de condições de trabalho que amplifiquem a capacidade humana de realização pessoal e social por meio do trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. P. C.; TOLFO, S. R.; DELLAGNELO, E. H. L. Sentidos do Trabalho e Racionalidades Instrumental e Substantiva: Interfaces entre a Administração e a Psicologia. **RAC**, v. 16, n. 2, p. 200-216, 2012.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo: Bomtempo, 2000.

ARAÚJO, J. N. G.; CARRETEIRO, T. C. **Cenários sociais e uma abordagem clínica**. São Paulo: Editora Escuta, 2001.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BARROS, A.; PEREIRA, C. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 4, p. 975-993, 2008.

BARROS, M.; PASSOS, E. Remando a favor da maré: racionalidade instrumental no curso de administração de empresas. **Organizações & Sociedade**, v. 7 n. 19, p. 161-174, 2000.

BASTOS, A. V. B.; PINHO, A. P. M.; COSTA, C. A. Significado do trabalho – um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 6, p. 20 – 29, 1995.

BEHLING, G.; PEREIRA, C. M. D.; MAZZOLENI, E. C.; BACCIN, S. S.; LENZI, F. C. Microempreendedor Individual Catarinense: uma análise descritiva do perfil dos empreendedores individuais em Santa Catarina. **NAVUS – Revista de Gestão e Tecnologia**, Santa Catarina, v. 5, n. 1, p. 65-78, 2015.

BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F. Apontamentos sobre Axiologia, Ideologia e a Ética do Empreendedorismo. **Pensamento & Realidade**, v. 32, n. 2, p. 93-109, 2017.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. O mundo do trabalho. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. p. 24-62, Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL, Governo do Brasil. Até abril, MEI registra 4 milhões de formalizações. **Economia e Emprego**. 2014 Acesso em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/05/ate-abril-mei-registra-4-milhoes-de-formalizacoes>>.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

BRASIL, **Portal do Empreendedor-MEI. Estatísticas**. 2017. Acesso em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemi/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>

CAMPANHA, L. J.; et. al. Formulação e implementação, convergências e desvios: facetas da política pública do Micro Empreendedor Individual (MEI) no plano local. **Gestão & Produção**, v. 24, n. 3, p. 582-594, 2017.

COLBARI, A. L. Do auto emprego ao micro empreendedorismo individual: desafios conceituais e empíricos. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 4, n. 1, p. 169-193, 2015.

COSTANZI, R. N.; BARBOSA, E. D.; RIBEIRO, H. V. M. A experiência do microempreendedor individual na ampliação da cobertura previdenciária no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília v. 62, p. 387-406, 2011.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2007.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 11, 2008.

ENRIQUEZ, E. **A Organização em Análise**. Tradução: Francisco da Rocha Filho. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FERREIRA, E. R. A.; FREITAS, A. A. F. Propensão empreendedora entre estudantes participantes de empresas juniores. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.2, n.3, 2013.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil: 2016**. Curitiba: IBQP, 2017.

GRAMMONT, A. M. Ouro Preto: problemas de um patrimônio histórico no início do século XXI. **Turismo: Visão e Ação**, v. 8, n. 3, p. 455-470, 2006.

HERZBERG, F. I. One more time: how do you motivate employees? **Harvard Business Review**, Boston, v. 46, n. 1, p. 53-62, 1968.

IBGE, Brasil. **Cidades: Minas Gerais- Ouro Preto**. 2015 Acesso em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>>

JULIÃO, F.; LEONE, R. J. G.; VEIGA NETO, A. R. Fatores determinantes da satisfação de usuários do programa Microempreendedor Individual. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 1, p. 156-179, 2014.

KIRZNER, I. M. **Perception, opportunity, and profit**: studies in the theory of entrepreneurship. Chicago: University of Chicado Press, 1979.

KUBO, S. H.; GOUVEA, M. A; MANTOVANI, D. M. N. Dimensões do significado do trabalho e suas relações. **Revista Pretexto**, v. 14, n. 3, p. 28-28, 2013.

LOIOLA, E., BASTOS, A. V. B., QUEIROZ, N., SILVA, T. D. **Dimensões básicas de análise das organizações**. p. 63-90, Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOPES, L. C.; SIQUEIRA, K. P. S.; VIEIRA, E. M. M.; FREITAS, M. A. L. Adoção de Práticas de Controles Financeiros e não Financeiros por Microempreendedores Individuais. **Gestão e Sociedade**, v. 8, n. 21, p. 749-766, 2014.

MENDES, L.; SANTOS, F. S. Os sentidos e significados no trabalho de controlador de tráfego aéreo. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 706-717, 2013.

NASCIMENTO, R. P.; COSTA, D. V. F.; SALVÁ, M. N. R.; MOURA, R. G.; SIMÃO, L. A. S. "Trabalhar É Manter-Se Vivo": Envelhecimento e Sentido do Trabalho para Docentes do Ensino Superior. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 2, p. 118-138, 2016.

OLIVEIRA, Fabiana Morais. **Empreendedorismo: teoria e prática**. Revista on line Especialize, 2012. Acesso em: <<https://www.ipog.edu.br/revista-especialize-online-busca/?autor=Fabiana%20Morais%20de%20Oliveira>>.

RIZZO, C. B. S.; CHAMON, E. M. Q. O. **O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador**. Saúde, v. 8, n. 3, p. 407-417, 2010.

ROCHA, L. C. S.; MARIANO, A. D.; PELOGIO, E. A. Diagnóstico da Economia Informal no Município de Poço Fundo/MG. **Revista Administração em Diálogo**, v. 18, n. 2, p. 34-58, 2016.

SCHUMPETER, J. A. **The fundamental phenomenon of economic development**. In P. Kilby (Ed.), *Entrepreneurship and economic development* p. 43-71. New York: The Free Press, 1971.

SCHUMPETER, J. A. **Comments on a plan for the study of entrepreneurship**. In R. Swedberg (Ed.), *Joseph A. Schumpeter: the economics and sociology of capitalism* p. 406-428. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SCHUMPETER, J. A. **Development**. *Journal of Economic Literature*, XLIII, 112-120, 2005.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil do Microempreendedor Individual 2017**. Brasília, 2017. Acesso em: <http://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Perfil-do-Microempreendedor-Individual_2017-v8.pdf>.

SEBRAE, Portal. **O que é ser empreendedor**. Jun 2017. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 14/08/2017.

SILVA, J. F.; PENA, R. P. M. O “Bê-Á-Bá” do Ensino de Empreendedorismo: Uma revisão da Literatura sobre os Métodos e Práticas da Educação empreendedora. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 6, n. 2, p. 372–401, 2017.

SILVA, M. P.; SIMÕES, J. M. O estudo do sentido do trabalho: contribuições e desafios para organizações contemporâneas. **Revista Capital Científico – Eletrônica**, v. 13, n. 3, 2015.

SILVA, R. C. **A Abordagem Geracional como Proposta à Gestão de Pessoas**. São Paulo, 2013. 178 f.. Tese (Doutorado em Ciências) Universidade de São Paulo, 2013.

TASIC, I. A. B.; ANDREASSI, T. Estratégia e empreendedorismo: decisão e criação sob incerteza. **Anais do Encontro Nacional da Associação de Pós Graduação e Pesquisa em Administração**, Rio de Janeiro, 2007.

TELLES, R.; ROCHA, J. S.; SIQUEIRA, J. P.; HOURNEAUX JUNIOR, F.; CARDOSO, S. R. Formalidade ou Informalidade? Análise sobre os Fatores Presentes na Decisão do Microempreendedor Brasileiro. **Revista Alcance**, v. 23, n. 2, p. 189-213, 2016.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**. v.19, n. spe, p. 38-46, 2007.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisas em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALE, G. M. V. Empreendedor: Origens, Concepções Teóricas, Dispersão e Integração. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 18, n. 6, p. 874-891, Curitiba, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas II: Problemas de Psicologia Geral**. Madrid: Visor Distribuciones, 1991.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome:

Idade:

Estado civil:

Grau de escolaridade:

Ramo de Negócio:

Descreva a sua história de vida até se tornar um empreendedor:

- História de vida.
- Como surgiu o empreendimento?
- Quanto tempo de atuação como MEI?
- Opção por necessidade ou oportunidade?

1. Descreva qual o significado do trabalho em sua vida?
2. Para você, qual a importância desse trabalho?
3. Que benefícios o trabalho proporcionou a sua vida e a de sua família?
4. Qual o destino da renda obtida mensalmente com seu trabalho?
5. O que te levou a optar pelo MEI, ao invés de procurar um emprego de carteira assinada?
6. Quais as principais satisfações e problemas enfrentados no seu trabalho?
7. Como é a sua rotina na empresa?
8. Como está a sua empresa nesse momento?
9. Como você imagina a sua empresa daqui a 5 anos?
10. Você pretende continuar atuando como um microempreendedor?
11. Quais são seus objetivos pessoais, seus sonhos e aspirações para o seu futuro como empreendedor?